



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

**EMENDA ADITIVA Nº \_\_\_\_\_/2010**

			ATA
EXPEDIENTE	/	/2010	
ACEITO EM	/	/2010	
APROVADO EM	/	/2010	
REJEITADO EM	/	/2010	
ARQUIVO			

**PROTOCOLADO SOB Nº \_\_\_\_\_/2010**

**Requer urgência**

**EM \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_**

**EMENDA ADITIVA**

*Art.º renumera-se a Lei nº 129*  
ADITA ARTIGO AO PLE 129  
QUE INSTITUI NO ÂMBITO  
DA ADMINISTRAÇÃO  
MUNICIPAL O PROCESSO  
ADMINISTRATIVO ESPECIAL  
E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.

**Art.º** O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai e prescreve em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Sala de Sessões, 11 de janeiro de 2010.

\_\_\_\_\_  
Vereador Luiz Francisco Spotorno  
Líder Bancada PT

\_\_\_\_\_  
Ver. Alexandre Lindenmayer  
Vice-líder Bancada PT

\_\_\_\_\_  
Ver. Cláudio Costa  
Bancada PT

**VISTO**

\_\_\_\_\_  
Presidente



A mais antiga do Estado  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

### DESPACHO

Processo nº *Emenda editiva*  
*2295/09*

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a)

*Ven. Thiozuanho*

- ( ) Fica deferido, a pedido do Relator, o prazo do art.42, § 1º, do Regimento Interno.  
( ) Não Requerido o prazo do art.42, § 1º, do Regimento Interno.

Deliberou a Comissão de:

- ☒ Enviar ao Consultor Jurídico.  
( ) Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, *11* de *junho* de 2000

*[Signature]*  
Presidente da Comissão

### PARECER JURÍDICO

Nº *60/10*

- ( ) Em anexo  
☒ O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, *11* de *junho* de 2000

*[Signature]*  
Consultor Jurídico

### DESPACHO

Na condição de Relator (a):

- ( ) Acolho o parecer jurídico por seus fundamentos.  
( ) Deixo de acolher o parecer jurídico pelas razões em separado.  
( ) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, *11* de *junho* de 2000

*[Signature]*  
Relator(a)



Estado do Rio Grande do Sul  
**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇOS PÚBLICOS,  
INFRA-ESTRUTURA E CIDADANIA**

PARECER

PROCESSO 2295/09  
*Emenda aditiva*

Esta Comissão, após apreciar o Projeto, constante do Processo acima enumerado, declara o referido como:

☒ CONSTITUCIONAL

☐ INCONSTITUCIONAL

☐ ANTIJURÍDICO

☐ ANTIREGIMENTAL

☐ INADEQUADO A TÉCNICA LEGISLATIVA

Este é o parecer desta comissão.

Sala das Comissões Técnicas, Câmara Municipal, Rio Grande, 11 de junho de 2010

31  
.....  
Presidente

.....  
Vice-Presidente

.....  
Secretário

.....  
Membro





Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

GABINETE DO PREFEITO

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE	
PROCESSO Nº	2295
09 / 12 / 2009	
RUBRICA	FOLHAS

MENSAGEM/812

Rio Grande, 09 de dezembro de 2009.

**Senhor Presidente:**

Honra-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a essa Colenda Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei nº 129, que **INSTITUI NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL O PROCESSO ADMINISTRATIVO ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O estatuto dos servidores não contempla processo especial para supressão de direitos e vantagens, mas tão-somente processos administrativos disciplinares e sindicâncias.

De tal sorte que quando a administração se depara com a necessidade de suprimir qualquer direito, há necessidade de observar o rito do estatuto do servidor, o qual via de regra propicia prorrogações. A lei proposta é simples e objetiva, e atende perfeitamente às exigências legais.

Não é demais lembrar que o Tribunal de Contas do Estado, com base em seu Regimento Interno, artigo 48, inciso II, c/c o artigo 121, caput, concede ao município o prazo de 30 dias para a solução dos casos que se apresentam, o que por si só justifica a criação de um processo especial e sumário com os prazos estabelecidos.

No processo administrativo especial, implementou-se um rito processual sumário, com redução de prazos e procedimentos, propiciando a materialização das exigências do Tribunal de Contas.

Sendo o que tínhamos para o momento.

Respeitosamente,

**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
Prefeito Municipal

EXMº SR.

VER. RENATO ESPÍNDOLA ALBUQUERQUE

DD PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

NESTA



**Estado do Rio Grande do Sul**

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**GABINETE DO PREFEITO**

**PROJETO DE LEI Nº 129, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2009.**

**INSTITUI NO ÂMBITO DA  
ADMINISTRAÇÃO  
MUNICIPAL O PROCESSO  
ADMINISTRATIVO  
ESPECIAL E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** Esta Lei estabelece normas básicas sobre o Processo Administrativo Especial no âmbito da Administração Direta e Indireta.

**Art. 2º** São processos administrativos especiais aqueles em que a autoridade administrativa pretender o cancelamento, a supressão ou a adequação de direitos ou vantagens pecuniárias conferidas a qualquer servidor, ex-servidor, aposentado ou pensionista, bem como nos casos de cancelamento de benefício previdenciário, nomeação, promoção ou outros casos similares, para os quais tenham faltado qualquer elemento ou requisito essencial e indispensável para a sua concessão, gozo e fruição.

**I** - Caso o interessado, não esteja mais trabalhando na administração municipal, será notificado via postal com aviso de recebimento, a ser dirigida no último endereço por ele fornecido a mesma.

**II** - No caso de notificação pelos correios, o prazo para defesa começará a contar da devolução do aviso de recebimento pela administração.

**III** - Não sendo encontrado, residindo em local não abrangido pelos serviços do correio ou no exterior, o interessado será notificado através de edital em jornal de publicação oficial.

**IV** - Tendo falecido o interessado, a notificação será dirigida a seus sucessores ou inventariante.

**V** - O processo administrativo especial é de rito sumário, cujas decisões serão proferidas de forma concentrada.

**Art. 3º** O Processo Administrativo Especial será instaurado com autorização do Secretário Municipal de Administração mediante portaria, a qual será encaminhada diretamente à comissão para impulsionar o processo.

**I** - Ao instalar os trabalhos, a comissão, autuará a portaria e demais peças existentes e notificará pessoalmente o interessado para apresentar defesa no prazo de cinco dias, bem como juntar as provas que entender necessárias.

**II** - Decorrido o prazo mencionado no inciso anterior, apresentada a defesa ou não, a comissão apreciará todos os elementos do processo apresentando o relatório, propondo justificadamente a solução para o caso no prazo de cinco dias.





**Estado do Rio Grande do Sul**

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**GABINETE DO PREFEITO**

**III** - Ao concluir os trabalhos, a comissão remeterá o processo para a autoridade que determinou a sua instauração que proferirá a decisão de forma fundamentada, em prazo não superior a oito dias, da qual o interessado será cientificado.

**IV** - No ato da entrega da defesa, a administração poderá intimar o interessado do dia e hora em que estará disponível a decisão, a partir do qual passará a contar o prazo para recurso.

**V** - É facultado ao interessado fazer-se representar por advogado de sua livre escolha.

**VI** - O processo administrativo especial terá o prazo máximo de trinta dias para a sua conclusão.

**Art. 4º** A presente Lei é aplicável aos servidores e empregados públicos dos órgãos da administração direta e indireta.

**Art. 5º** Será competente para impulsionar o processo administrativo especial instituído por esta Lei a Comissão Permanente criada pela Lei Municipal nº 6.794, de 19 de novembro de 2009.

**Art. 6º** As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas rubricas orçamentárias próprias.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 09 de dezembro de 2009.

  
**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
Prefeito Municipal

cc.:SMF/SMA/CSCI/PJ/CMRG/Publicação



**Estado do Rio Grande do Sul**

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº 6.844, DE 15 DE JANEIRO DE 2010.**

**INSTITUI NO ÂMBITO DA  
ADMINISTRAÇÃO  
MUNICIPAL O PROCESSO  
ADMINISTRATIVO  
ESPECIAL E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DO RIO GRANDE**, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica em seu Art. 51, III,

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei estabelece normas básicas sobre o Processo Administrativo Especial no âmbito da Administração Direta e Indireta.

**Art. 2º** São processos administrativos especiais aqueles em que a autoridade administrativa pretender o cancelamento, a supressão ou a adequação de direitos ou vantagens pecuniárias conferidas a qualquer servidor, ex-servidor, aposentado ou pensionista, bem como nos casos de cancelamento de benefício previdenciário, nomeação, promoção ou outros casos similares, para os quais tenham faltado qualquer elemento ou requisito essencial e indispensável para a sua concessão, gozo e fruição.

**I** - Caso o interessado, não esteja mais trabalhando na administração municipal, será notificado via postal com aviso de recebimento, a ser dirigida no último endereço por ele fornecido a mesma.

**II** - No caso de notificação pelos correios, o prazo para defesa começará a contar da devolução do aviso de recebimento pela administração.

**III** - Não sendo encontrado, residindo em local não abrangido pelos serviços do correio ou no exterior, o interessado será notificado através de edital em jornal de publicação oficial.

**IV** - Tendo falecido o interessado, a notificação será dirigida a seus sucessores ou inventariante.

**V** - O processo administrativo especial é de rito sumário, cujas decisões serão proferidas de forma concentrada.

**Art. 3º** O Processo Administrativo Especial será instaurado com autorização do Secretário Municipal de Administração mediante portaria, a qual será encaminhada diretamente à comissão para impulsionar o processo.

**I** - Ao instalar os trabalhos, a comissão, autuará a portaria e demais peças existentes e notificará pessoalmente o interessado para apresentar defesa no prazo de cinco dias, bem como juntar as provas que entender necessárias.



**Estado do Rio Grande do Sul**

**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**GABINETE DO PREFEITO**

**II** - Decorrido o prazo mencionado no inciso anterior, apresentada a defesa ou não, a comissão apreciará todos os elementos do processo apresentando o relatório, propondo justificadamente a solução para o caso no prazo de cinco dias.

**III** - Ao concluir os trabalhos, a comissão remeterá o processo para a autoridade que determinou a sua instauração que proferirá a decisão de forma fundamentada, em prazo não superior a oito dias, da qual o interessado será cientificado.

**IV** - No ato da entrega da defesa, a administração poderá intimar o interessado do dia e hora em que estará disponível a decisão, a partir do qual passará a contar o prazo para recurso.

**V** - É facultado ao interessado fazer-se representar por advogado de sua livre escolha.

**VI** - O processo administrativo especial terá o prazo máximo de trinta dias para a sua conclusão.

**Art. 4º** A presente Lei é aplicável aos servidores e empregados públicos dos órgãos da administração direta e indireta.

**Art. 5º** Será competente para impulsionar o processo administrativo especial instituído por esta Lei a Comissão Permanente criada pela Lei Municipal nº 6.794, de 19 de novembro de 2009.

**Art. 6º** As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas rubricas orçamentárias próprias.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 15 de janeiro de 2010.

  
**FÁBIO DE OLIVEIRA BRANCO**  
Prefeito Municipal

cc.:SMF/SMA/CSCI/PJ/CMRG/Publicação





Estado do Rio Grande do Sul  
**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, SERVIÇOS PÚBLICOS,  
INFRA-ESTRUTURA E CIDADANIA**

PARECER


PROCESSO 2295/09

Esta Comissão, após apreciar o Projeto, constante do Processo acima enumerado, declara o referido  
como:


- ( ☒ ) CONSTITUCIONAL  
( ) INCONSTITUCIONAL  
( ) ANTIJURÍDICO  
( ) ANTIREGIMENTAL  
( ) INADEQUADO A TÉCNICA LEGISLATIVA

Este é o parecer desta comissão.

Sala das Comissões Técnicas, Câmara Municipal, Rio Grande, 29 de dezembro de 2009

  
.....  
Presidente

  
.....  
Vice-Presidente

  
.....  
Secretário

.....  
Membro



A mais antiga do Estado  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

DESPACHO

Processo nº 2295/09

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a)

..... Ver. Penatinko .....

- (X) Fica deferido, a pedido do Relator, o prazo do art.42, § 1º, do Regimento Interno.  
( ) Não Requerido o prazo do art.42, § 1º, do Regimento Interno.

Deliberou a Comissão de:

- (X) Enviar ao Consultor Jurídico.  
( ) Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, de de 200

Presidente da Comissão

### PARECER JURÍDICO

Nº

- ( ) Em anexo  
(X) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, 16 de Dezembro de 2009

  
Consultor Jurídico

### DESPACHO

Na condição de Relator (a):

- (X) Acolho o parecer jurídico por seus fundamentos.  
( ) Deixo de acolher o parecer jurídico pelas razões em separado.  
( ) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.

Rio Grande, 29 de dezembro de 2009

  
Relator(a)





**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**PROJETO DE LEI**

**INSTITUI NO ÂMBITO DA  
ADMINISTRAÇÃO  
MUNICIPAL O PROCESSO  
ADMINISTRATIVO  
ESPECIAL E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º** Esta Lei estabelece normas básicas sobre o Processo Administrativo Especial no âmbito da Administração Direta e Indireta.

**Art. 2º** São processos administrativos especiais aqueles em que a autoridade administrativa pretender o cancelamento, a supressão ou a adequação de direitos ou vantagens pecuniárias conferidas a qualquer servidor, ex-servidor, aposentado ou pensionista, bem como nos casos de cancelamento de benefício previdenciário, nomeação, promoção ou outros casos similares, para os quais tenham faltado qualquer elemento ou requisito essencial e indispensável para a sua concessão, gozo e fruição.

**I** - Caso o interessado, não esteja mais trabalhando na administração municipal, será notificado via postal com aviso de recebimento, a ser dirigida no último endereço por ele fornecido a mesma.

**II** - No caso de notificação pelos correios, o prazo para defesa começará a contar da devolução do aviso de recebimento pela administração.

**III** - Não sendo encontrado, residindo em local não abrangido pelos serviços do correio ou no exterior, o interessado será notificado através de edital em jornal de publicação oficial.

**IV** - Tendo falecido o interessado, a notificação será dirigida a seus sucessores ou inventariante.

**V** - O processo administrativo especial é de rito sumário, cujas decisões serão proferidas de forma concentrada.

**Art. 3º** O Processo Administrativo Especial será instaurado com autorização do Secretário Municipal de Administração mediante portaria, a qual será encaminhada diretamente à comissão para impulsionar o processo.

**I** - Ao instalar os trabalhos, a comissão, autuará a portaria e demais peças existentes e notificará pessoalmente o interessado para apresentar defesa no prazo de cinco dias, bem como juntar as provas que entender necessárias.





**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

**II** - Decorrido o prazo mencionado no inciso anterior, apresentada a defesa ou não, a comissão apreciará todos os elementos do processo apresentando o relatório, propondo justificadamente a solução para o caso no prazo de cinco dias.

**III** - Ao concluir os trabalhos, a comissão remeterá o processo para a autoridade que determinou a sua instauração que proferirá a decisão de forma fundamentada, em prazo não superior a oito dias, da qual o interessado será cientificado.

**IV** - No ato da entrega da defesa, a administração poderá intimar o interessado do dia e hora em que estará disponível a decisão, a partir do qual passará a contar o prazo para recurso.

**V** - É facultado ao interessado fazer-se representar por advogado de sua livre escolha.

**VI** - O processo administrativo especial terá o prazo máximo de trinta dias para a sua conclusão.

**Art. 4º** A presente Lei é aplicável aos servidores e empregados públicos dos órgãos da administração direta e indireta.

**Art. 5º** Será competente para impulsionar o processo administrativo especial instituído por esta Lei a Comissão Permanente criada pela Lei Municipal nº 6.794, de 19 de novembro de 2009.

**Art. 6º** As despesas decorrentes desta Lei serão suportadas pelas rubricas orçamentárias próprias.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.





**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**

Ofício nº 0040/10  
Proc 2295/09

Rio Grande, 11 de janeiro de 2010.

Ao Exmo. Sr.  
Fábio de Oliveira Branco  
Prefeito Municipal  
Nesta

Senhor Prefeito,

Apraz-nos cumprimentá-lo, oportunidade em que encaminhamos a Vossa Excelência, Projeto de Lei nº 129/09 em anexo, para sua devida apreciação, aprovado no dia de hoje.

Atenciosamente,



Ver. Renato Espíndola Albuquerque  
Presidente

**ANEXO:** Institui no âmbito da administração municipal o processo administrativo especial e dá outras providências.